

A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1947-1956): apreciações sobre currículo e cultura escolar

Resumo

O presente texto vincula-se ao trabalho de um grupo de pesquisa que tem estudado, no âmbito da história das instituições escolares e história regional, a trajetória da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha”. A análise proposta toma por lapso temporal os anos de 1947 a 1956 e tem como objetivo a compreensão do tipo de educação e profissionalização oferecidas à mulher naquele contexto, dando ênfase à análise do currículo da instituição compreendido no contexto mais amplo de sua cultura escolar. A pesquisa permitiu argumentar que mesmo se tratando de uma escola industrial, pulsava muito forte à época sua principal peculiaridade: ser destinada ao público feminino. Apesar da crescente reivindicação do mercado de trabalho pela presença da mulher e das iniciativas de profissionalização legitimadas institucionalmente, aquela considerada guardiã da família deveria receber uma educação que contemplasse essa sua “vocação para o lar”, em um contexto de modernização e ideias higienistas.

Palavras-chave: Educação Feminina; Currículos; Mulheres; Ensino Profissional; Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha.

Daniela Gonçalves da Silva

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
– RJ/Brasil
danigoncalves16@hotmail.com

Silvia Alicia Martínez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
– RJ/Brasil
silvia-martinez@hotmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
– RJ/Brasil
shirlenacsa@gmail.com

Para citar este artigo:

SILVA, Daniela Gonçalves da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. A dupla missão formativa da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” (1947-1956): apreciações sobre currículo e cultura escolar. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 270-300, set./dez. 2016.

DOI: 10.5965/1984723817352016270

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723817352016270>

The double formative mission of Nilo Peçanha Vocational Female School (1947-1956): considerations about curriculum and school culture

Abstract

This text is linked to the work of a research group that has studied the history of educational institutions and regional history. In this case the focus is the history of the Nilo Peçanha Women's Industrial School. The study focuses on the period from 1947 to 1956 and seeks to understand the kind of education and vocational training that was available to women in that context by analyzing the institution's curriculum against the broader context of its school culture. The research has made clear that even while the institution studied was an industrial school, during the period analyzed it possessed a very strong peculiarity: that of being designed for female students. Despite growing demands in the labor market of the period for women and institutionally legitimized vocational initiatives, women, considered "guardians of the family," were to receive an education that considered their "vocation for the home" in a context of modernization and orthopathic thinking.

Keywords: Female Education; Curriculum; Women; Vocational education; Vocational Female School Nilo Peçanha.

Apresentação

(...) Hoje a mulher assumiu na sociedade um lugar que não conheceu em outras eras. Já não é dependente; ombreia com o homem nas atividades em busca da subsistência, pois as contingências da vida assim tem exigido o seu esforço. Já não é um pêso morto, mas uma força viva que coopera para o progresso da nação. Nesta época em que pontifica o advento da indústria, em pleno domínio da mecanização, o ensino industrial vai se emancipando do conceito injusto que dêle se fazia, atribuindo-lhe pouco valor e consideração. A profecia de Nilo Peçanha se concretiza afinal. Ele disse em 1909: “O Brasil de amanhã sairá das Oficinas”. De fato, prezadas artífices, o progresso do Brasil está a reclamar o vosso trabalho na oficina. Ele será tão útil e tão digno, tão nobre e tão necessário, como o dos cientistas, dos estadistas e dos literatos. (...) Estais preparadas para ganhar a vossa vida, cooperando com o vosso trabalho para maior grandeza do Brasil. Mas que isto não mascare vossos atributos feminis, não desvirtue o privilégio que Deus concedeu á mulher, não interfira na missão grandiosa que confiou a ela, não constitua um pretexto para vos afastardes do lar que ireis construir e fugirdes ás responsabilidades que tereis para com êle. (Relatório das atividades do ano letivo de 1949 - Arquivo Histórico do Colégio Estadual Nilo Peçanha)

O longo trecho acima transcrito, registrado num dos relatórios anuais do arquivo histórico da Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha, é parte do discurso pronunciado por uma professora, a senhora Aida Di Verdi Castro, quando paraninfa de uma turma de diplomadas no ano de 1949.

A marca distintiva dessa escola se encontra no fato de ter sido uma instituição profissional destinada ao público feminino proveniente das camadas menos abastadas da população. No enunciado acima reproduzido, observamos nitidamente um contexto de transição de ideias acerca do papel da mulher na sociedade. Propunha-se à mulher a conciliação de suas atividades tradicionais com a nova responsabilidade que se lhe incumbia: contribuir para o “progresso da nação” através de sua profissionalização e atuação no mercado de trabalho, fora do lar sem, contudo, deixar de lado as obrigações que possuía enquanto filha, esposa e mãe.

O pensamento simbólico de diferença entre os sexos, de divisão das tarefas e espaços entre homens e mulheres, dos papéis atribuídos a cada um e das relações entre

eles esteve e continua em constante transformação. As mudanças sociais, políticas, de modo de produção e na economia, convergindo, sobretudo, nas cidades, contribuíram para deslocar lentamente essas fronteiras, em que certas práticas e espaços eram proibidos às mulheres e outros quase que restritos somente a elas (PERROT, 1998).

A Escola Industrial “Nilo Peçanha” foi criada em 1922, vindo a funcionar no ano seguinte sob o nome de Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha”, na cidade de Campos, hoje Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Instalou-se no prédio que pertencia ao extinto Liceu de Artes e Ofícios Bitencourt da Silva (1886 – 1919), no qual atualmente funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha, situado no centro da cidade. Ela veio compor um conjunto de quatro Escolas Profissionais Estaduais, duas femininas (junto à Escola Aurelino Leal, em Niterói) e duas masculinas (as Escolas Visconde de Moraes e Washington Luis, ambas também em Niterói), criadas no mesmo ano e decreto.

Esta instituição tornou-se o objeto de uma ampla investigação que busca conhecer toda a trajetória da instituição desde sua inauguração, visando contribuir também para a compreensão da Educação Profissional Feminina no Estado do Rio de Janeiro (MARTINEZ, 2011; 2013), assim como pretende compor um cenário maior constituído pelo estudo de instituições escolares na cidade de Campos dos Goytacazes.

O período que compreende este estudo específico inicia em 1947 e finaliza em 1956, totalizando dez anos. A determinação deste intervalo de tempo corresponde às gestões de duas diretoras, a saber: Hilda Barcelos Sobral (1947-1950) e Isaura Lucas dos Santos Cruz (1951-1956). A primeira e a segunda gestões da instituição, que correspondem respectivamente à Diretora Maria Pereira das Neves (1922-1930) e à Diretora Isaura Lucas dos Santos Cruz (1931-1946), foram examinadas nos trabalhos de Resende Reis (2012) e Silva (2013).¹

No presente texto aborda-se, a partir de um recorte temático dentre os diferentes assuntos possíveis de serem trabalhados, a compreensão do tipo de educação e a profissionalização oferecidas à mulher naquele contexto, enfatizando, para tanto, a análise do currículo escolar da instituição no período estudado. O currículo escolar,

¹ Os trabalhos em referência constituem, respectivamente, Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF e Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UENF, sob a orientação de Sílvia Alicia Martínez.

apreendido tanto na letra da legislação como em outras fontes escolares disponíveis, assim como em matérias de jornais e depoimentos, foi compreendido neste cenário enquanto parte relevante da cultura escolar da instituição, constituindo, nesse sentido, também as práticas.

Concepções de mulher: da família patriarcal ao modelo de família moderna

Ao longo dos tempos, e mais intensamente a partir do século XX, as concepções de mulher e de seus papéis na sociedade foram sofrendo mudanças muito importantes. As mulheres conquistaram outros espaços e assumiram novos papéis e funções de forma reconhecida pela sociedade, legitimada. Tais conquistas, alcançadas de forma processual, não se deram sem resistências, e tiveram consequências sobre a dinâmica de funcionamento da sociedade ocidental.

Essas concepções de mulher que foram se delineando no decurso do tempo estiveram intrinsecamente ligadas à sua função dentro da instituição familiar e à sua relação com o trabalho. O surgimento de novos modelos familiares e as conquistas alcançadas pela mulher nos âmbitos educacional e profissional, não desprezando, contudo, as limitações a elas impostas nessa trajetória, contribuíram para a transformação da ideia de mulher e simultaneamente foram influenciadas por essas mudanças.

Os padrões de família conduziam em grande parte os papéis da mulher no mundo social. No período colonial predominavam os valores patriarcais. O arranjo familiar era centrado na autoridade do homem, estando a mulher submissa ao marido e a ele ligada por um casamento indissolúvel. Preponderava o interesse do grupo familiar, sendo o homem sua representação, em detrimento dos desejos individuais. Os casamentos não se baseavam num ideal de amor entre os cônjuges, sendo a sexualidade e o prazer reprimidos na mulher, enquanto que aos homens não se impunham tais limites. No Brasil colonial, entre as famílias de elite sobressaíam os casamentos arranjados e a procriação era um dos principais objetivos do casamento (SCOTT, 2012).

Hahner (2012), no entanto, nos adverte a respeito da construção de um estereótipo fechado a respeito da mulher na família patriarcal. De acordo com o autor, o

comportamento feminino era fortemente influenciado pela classe social de origem e pela região do país, ou seja, se mais próximo ou distante dos centros urbanos e conseqüentemente da circulação de informações e de novas ideias. Quando falamos do modelo de família patriarcal estamos conseqüentemente nos referindo às mulheres da elite. Apesar de certas características cristalizadas na imagem da mulher da família patriarcal – submissa, passiva, reclusa do mundo social e até mesmo preguiçosa –, o papel das mesmas era de suma importância na manutenção dessas famílias, sendo as mulheres verdadeiras administradoras do lar, ainda que o poder de decisão estivesse nas mãos do marido.

No século XIX, a educação no Brasil era limitada a uma pequena parcela da população, e ainda mais restrita à mulher. A possibilidade de uma educação formal para moças da elite estava frequentemente ligada ao preparo para os afazeres domésticos e administração do lar. Desse modo, o domínio das prendas femininas – como costura, bordado, cozinha, dentre outras – e de uma cultura geral valorizava a moça para o matrimônio.

Mas enquanto se narram as características da família e da mulher da elite, como viviam as mulheres pobres no século XIX? Além das tradicionais atividades a elas atribuídas, de tarefas caseiras e cuidado de crianças, devido à realidade em que se encontravam, a maioria da população feminina precisava trabalhar para ajudar no sustento da família, mas isso em atividades consideradas tipicamente femininas. O trabalho já trazia consigo um estigma social negativo, ainda mais quando se tratava das atividades da mulher fora do lar.

Segundo Arend (2012), sendo escravas, libertas ou livres, as mulheres pobres começavam a trabalhar nos afazeres domésticos muito cedo: alimentando animais, lavando roupas, cuidando de outras crianças, auxiliando no preparo de alimentos, etc. Enquanto na cidade auxiliavam em atividades comerciais e eram postas para pedir esmola, no campo trabalhavam nas plantações em atividades que pudessem suportar. Também, outras aprendiam atividades mais específicas como a costura e a tecelagem.

É entre o final do século XIX e início do século XX, em meio a importantes acontecimentos históricos, como a abolição oficial da escravidão, o início da República, a intensificação do processo de urbanização e industrialização e o movimento migratório,

que um novo modelo de família começa a ser projetado em acordo com os ideais de modernização e higienização da nação (SCOTT, 2012).

Nesse contexto, que foi proporcionando a consolidação de um “novo” modelo familiar, chamado por Scott (2012) de “família conjugal moderna”, vão ganhando espaço, por exemplo, a vontade individual, o amor romântico e a intimidade da vida familiar. Diferentemente da família patriarcal, que se caracterizava pela convivência de muitos parentes e agregados, a família moderna restringiria mais o seu núcleo familiar. Esse novo ideal de modelo familiar, de papéis bem definidos para os sexos, impunha à mulher novas exigências e qualidades:

A “nova família” também exigia uma “nova mulher”: uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela formação moral das crianças. Essa “nova mulher” seria também a esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz. Desobrigada agora de qualquer trabalho produtivo, a mulher estaria inteiramente voltada aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens. O homem, por sua vez, deveria ser o único provedor da família. (SCOTT, 2012, p. 17)

O pensamento de que a mulher poderia contribuir para o progresso da nação ao direcionar a criação moral de seus filhos proporcionou a ela um papel mais expressivo na sociedade, ainda que fosse restrito ao lar (HABNER, 2012). Também em decorrência do ingresso das meninas na escola e desse protagonismo atribuído, observou-se a intensificação do processo de feminização do trabalho docente, à época entendido como alargamento dos atributos e atribuições femininas a serviço da nação e não isento de enquadramentos moralizantes (VILLELA, 2000; ALMEIDA, 1998).

A partir do início do século XX, a participação das mulheres nas atividades industriais e sua expressividade no mercado de trabalho foram decaindo devido à concorrência com a mão de obra masculina (isso também em virtude da imigração) e aos valores familiares modernos então disseminados, de que a mulher deveria estar presente no lar, pois, a ela cabia zelar pelo cuidado físico e moral dos filhos, mantendo a família saudável e dessa forma contribuindo para o progresso da nação. Já o papel da mulher,

enquanto professora, se fortalece em decorrência da interpretação de que o trabalho docente era uma continuidade da função de mãe.

Após a Primeira Guerra Mundial, o trabalho da mulher fora do lar começou a enfrentar maior oposição e a ser difundida a ideia da necessidade de sua exclusiva dedicação ao lar e à maternidade, discurso esse que se apoiava em bases religiosas, morais, higienistas e jurídicas (MATOS & BORELLI, 2012). Nesse período, políticas de Estado influenciaram diretamente o remodelamento de importantes aspectos nesse sentido, explicitando uma preocupação do Estado com a organização familiar.

No entanto, a pintura dessa concepção familiar não expressava a realidade possível para a maioria das famílias brasileiras, que devido às muitas contingências sociais acabavam não efetivando esse modelo em suas vidas. O ideal de família proposto deveria ser adaptado à nossa realidade social, numa perspectiva que conciliasse atribuições do lar e trabalho formal.

Reforçando a afirmação de que as mulheres da classe pobre sempre trabalharam, somado à crescente reivindicação do mercado de trabalho formal pela presença da mulher, que nas décadas seguintes foi se observando, o Estado passa a assumir a responsabilidade pela profissionalização feminina, sem deixar, contudo, de difundir os ideais morais e higienistas que deveriam constar em sua formação. Nesse processo começa a se configurar a legitimação do trabalho feminino fora do lar, situação que anteriormente, apesar de frequente, não era socialmente desejável e, ao mesmo tempo, dá-se início a um processo de consolidação de uma dupla jornada de trabalho para a mulher.

Ante o exposto, percebe-se que a Escola Industrial Feminina Nilo Peçanha assumiu de forma contrastante, na busca por um equilíbrio em atender as diferentes demandas que se lhe impunham, os discursos de profissionalizar a mulher e concomitantemente o de prepará-la para o desempenho de funções do lar. No discurso assumido pela instituição em questão, a mulher passou a contribuir para o progresso da nação também com sua força de trabalho, e isso de forma legitimada institucionalmente e impulsionada pela crescente reivindicação do mercado de trabalho por sua presença, e não apenas com a educação moral dos filhos e a manutenção da família. É pertinente, contudo, a análise crítica sobre o tipo de profissionalização que se destinava às mulheres e o forte teor

ideológico em torno de sua formação para o lar, considerações que serão feitas mais à frente.

A Escola Industrial “Nilo Peçanha”: breves apontamentos

O estudo da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” encontra-se inserido nas análises acerca da história das instituições escolares. Nóvoa (1999), ao refletir sobre as organizações escolares como objeto de pesquisa, explicita que as abordagens sobre os fenômenos educativos estiveram, durante muito tempo, situadas entre os níveis macro e micro, representados respectivamente pelo sistema educativo e pela sala de aula, havendo uma tendência a se ignorar o trabalho interno das organizações escolares. Para o autor, a análise das instituições escolares tem representado a constituição de uma meso-abordagem dos fenômenos educativos. Entende-se a escola enquanto o espaço em que generalidades e singularidades encontram-se unidas numa dinâmica de funcionamento que culmina na constituição de uma cultura escolar específica. A investigação sobre as instituições escolares possui, portanto, um perfil integrador, e não excludente (NÓVOA, 1999).

Das fontes de informação que podem ser utilizadas para a análise da história de uma instituição escolar, o arquivo da escola ocupa um lugar central de referência. Os documentos do arquivo garantem maior solidez à pesquisa pela consistência das suas informações e segurança transmitida aos investigadores. Nesse aspecto, Maria João Mogarro assinala a escola e a importância do arquivo escolar na construção de sua memória:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (MOGARRO, 2006, p. 73)

Nessa direção, o arquivo histórico da Escola Industrial Nilo Peçanha tem sido o principal repositório utilizado nessa pesquisa e pode ser entendido como um “lugar de memória”, no sentido atribuído por Pierre Nora (1993), com grande importância material e simbólica.

Inicialmente, foram analisadas informações provenientes de diversos documentos escritos e iconográficos do arquivo da escola referentes à época estudada. Esses dados se encontram elaborados em forma de relatórios datilografados e encadernados, os quais deveriam ser entregues todos os anos ao Diretor de Instrução Pública do Estado, segundo o Regulamento do Ensino Profissional (Decreto nº 2380, de 14 de Janeiro de 1929). Os relatórios anuais representavam, no entanto, não apenas a prestação de contas da instituição ao Estado, mas também um espaço onde podiam expor seus feitos e conquistas alcançadas a cada ano letivo, suas reivindicações de melhoria e todo seu esforço em cumprir os objetivos aos quais se propunha enquanto instituição educativa profissionalizante destinada ao público feminino. Relevante notar que a escola preservou cópias desses relatórios desde sua inauguração, apesar da ausência de alguns exemplares.

Esse conjunto documental, sem dúvida, foi a principal fonte da pesquisa, sendo que como representavam apenas uma parte do discurso – a visão da direção da escola –, se fez necessário o cruzamento desses com dados provenientes de outras fontes, como legislações, jornais da época (Monitor Campista e Folha do Comércio) e depoimentos orais para que nesse contato dialógico fosse possível uma tentativa de aproximação com a história dessa instituição e de sua cultura escolar singular, apesar de todas as prescrições sobre sua dinâmica de funcionamento.

Nesta análise, em que o currículo é enfatizado para a compreensão do tipo de educação e profissionalização oferecida à mulher no contexto em questão, o conceito de cultura escolar nos interessa especialmente por permitir ultrapassar a dimensão dos conteúdos escolares levando também à reflexão acerca da finalidade educativa da instituição e suas práticas cotidianas.

A constituição da identidade de uma organização escolar, de sua cultura específica, é fruto da convergência entre a estrutura formal que regula seu funcionamento e as interações entre os diferentes grupos diretamente envolvidos no ato

educativo. Essas inter-relações, por sua vez, se dão entre consensos e conflitos, permanências e mudanças. Para Dominique Julia (2001), a cultura escolar pode ser definida da seguinte forma:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 11)

A cultura de uma instituição escolar lhe confere uma identidade singular, construída no cotidiano das relações sociais entre os sujeitos de determinada sociedade que participam daquele espaço, sujeitos esses que, por sua vez, trazem diferentes contribuições: modos de vida, divergências e consonâncias de pensamento, desigualdades sociais, etc. A escola reflete, portanto, a sociedade em que está inserida e suas representações. Nessa perspectiva, atrelado à concepção de cultura escolar, é que se propôs uma reflexão a respeito das peculiaridades do currículo estabelecido ao Ensino Profissional público feminino.

O currículo no Ensino Profissional Feminino (RJ) entre 1922-1956: mudanças estruturais e peculiaridades

Entre os fatores que influenciaram a composição dos currículos escolares em diferentes épocas, e continuam a influenciar, estão as ideologias políticas e pedagógicas predominantes, os ramos de ensino e o público de alunos a quem se dirigem. A própria cultura da sociedade, sabendo que esta se encontra em constante transformação, interfere na escolha dos elementos da cultura que serão transmitidos às próximas gerações (TERIGI, 1996). O currículo, considerado produto histórico social envolvido em meio a conflitos de interesses, embate de concepções e legitimação de ideias, permitiu no contexto da pesquisa a apreensão de uma concepção de mulher e de seus papéis sociais voltados para o lar.

Reis (2013), em sua pesquisa que abrangeu a inauguração e a primeira gestão da, à época, Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha” (período entre 1922 e 1930), identificou três Decretos distintos que regeram o funcionamento da escola naquele recorte temporal: o de nº 1.954 (de 13 de maio de 1923); o de nº 2.160 (de 31 de janeiro de 1926); e o de nº 2.380 (de 14 de janeiro de 1929). Pelo decreto de 1923, inicialmente, o programa de ensino do Curso Profissional era distribuído em três anos, sendo constituído por uma parte de disciplinas de cultura geral e outra de conhecimentos técnicos em forma de oficinas. Ao terminar o curso, a aluna recebia o diploma com o direito de lecionar, nomeada pelo Estado do Rio de Janeiro, nas cadeiras de Trabalhos Manuais e de Agulha nos vários estabelecimentos de ensino de todas as cidades do estado (REIS, 2013).

O Decreto nº 2.160, de 31 de janeiro de 1926, por sua vez, ampliou os cursos das escolas profissionais do estado para quatro anos. No ano de 1929, adotou-se novo regulamento, pelo Decreto nº 2.380.

Por tal regulamentação houve modificações na distribuição das cadeiras do Curso, definindo-se sua composição em um Curso Geral e, paralelamente, Cursos Especiais, que no caso do ensino feminino eram de Costura e Corte, Bordados e Rendas, Chapéus, Flores e Frutos. No primeiro ano, as alunas deveriam percorrer todas as oficinas por um sistema rotativo para identificar suas aptidões e, no segundo ano, optar por um dos cursos especiais a fim de nele se especializar. Comparando-se as regulamentações citadas, verificaram-se mais permanências que mudanças significativas (REIS, 2013).

Esse regulamento trazia dois objetivos principais para o ensino profissional: a formação para as atividades práticas dos ofícios e a preparação para o exercício do magistério em estabelecimentos do mesmo tipo e instituições primárias, ainda que não propiciasse formação pedagógica teórica e explicitamente para tal fim.² Nesse período, as diplomadas nas escolas profissionais femininas que desejassem seguir o magistério

² O artigo 119 estabelecia que o Estado, quando julgasse conveniente, manteria junto aos grupos escolares, exceto os de Campos e Niterói, as chamadas Secções Profissionais, as quais seriam destinadas a pessoas do sexo feminino entre 15 e 25 anos, com um ou mais dos cursos especiais (Costura e Corte, Bordados e Rendas, Chapéus e Flores e Frutos) em período de um ou dois anos letivos. Dessa forma, era preciso formar as professoras de trabalhos manuais que atuariam nessa área. Sobre as Secções Profissionais, funcionariam nos prédios dos grupos escolares durante três horas obedecendo a programas formulados e aprovados de acordo com o regulamento em vigor na época. Outra medida de expansão do ensino profissional no Estado, prevista nesse decreto, era a do Ensino Ambulante. Consistia em uma experiência por parte do Governo, em que um profissional percorreria os municípios do Estado ensinando pessoas de ambos os sexos sem limite de idade. Esse profissional permaneceria no máximo 60 dias em cada localidade.

deveriam frequentar a escola por mais um ano, trabalhando como auxiliares ou regentes de turmas, mas sem direito à remuneração. Esse ano era considerado como de prática didática.

Já em 1936, pelo Decreto nº 129, de 20 de janeiro, as escolas profissionais estaduais sofreram novas modificações. As alunas passaram a receber um certificado de conclusão do curso com as notas de aprovação nas várias cadeiras de Letras e Artes. Os cursos que vinham sendo desenvolvidos também foram alterados e passaram a funcionar com os títulos de Fundamental (num período de dois anos), Profissional com finalidade Industrial ou Comercial (dois anos) e Normal-Profissional, sendo que este último não chegou a funcionar.

Entretanto, ao estudar a transição entre os dois projetos, coincidentemente com a segunda gestão administrativa (1931-1946) da instituição, Silva (2013) salienta grandes dificuldades para manter este novo modelo curricular o qual, de forma geral, não conseguiu imprimir grandes mudanças, conservando basicamente a estrutura anterior.

Seis anos depois, no âmbito da União, foi sancionado o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, com a finalidade de organizar em âmbito nacional o ensino profissional, visto que até o momento conviviam dois tipos de regulamentações para esse ramo do ensino. Por um lado, como bem ilustra a trajetória da Escola Industrial “Nilo Peçanha”, cada estado da federação regulamentava sua própria rede de ensino profissional, quando existia; por outro, a União regulamentava as Escolas de Aprendizes Artífices existentes desde 1909. Por tal decreto, o ensino industrial expandiu-se também ao grau secundário.

Alguns pontos são importantes ressaltar na Lei Orgânica do Ensino Industrial, a começar pelos princípios básicos norteadores dessa regulamentação: nos cursos de formação profissional, os ofícios deveriam ser ensinados sempre aliando conhecimentos teóricos à execução prática; recomendava-se evitar especializações excessivas a fim de proporcionar maiores possibilidades profissionais aos aprendizes; no currículo de formação profissional necessariamente haveria a presença de componentes de cultura geral e práticas educativas; e, finalmente, no que diz respeito à mulher, apesar de lhe ser garantido direito de ingresso igual ao dos homens, se daria apenas em atividades consideradas, “sob o ponto de vista da saúde”, adequadas ao gênero (Conforme artigo

5º). Cabia ainda ao ensino industrial, conforme parágrafo único do artigo 4º, a formação e aperfeiçoamento ou especialização de professores de disciplinas próprias desse ramo do ensino.

Em se tratando da estruturação do ensino profissional, a partir de então, este passou a ser ministrado em dois ciclos. O primeiro ciclo abrangia quatro modalidades de curso, a saber: ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem, das quais as duas primeiras são de nosso interesse particular por terem funcionado na instituição objeto deste estudo. O segundo ciclo, por sua vez, constituía-se das modalidades de ensino técnico e ensino pedagógico.

O curso industrial básico era considerado nos termos desta lei como de formação profissional, destinado à aprendizagem de um ofício cuja execução demandava uma formação mais extensa. Já o curso de mestria, tinha como finalidade aperfeiçoamento ou especialização, destinando-se aos diplomados em curso industrial que desejassem se tornar mestres.

As Escolas Industriais, caso da Feminina “Nilo Peçanha”, poderiam ministrar, além dos cursos industriais, também cursos de mestria e pedagógicos. Os concludentes de cursos industriais receberiam a partir de então diploma de artífice; já os que concluíssem curso de mestria ou técnicos pedagógicos receberiam respectivamente diploma de mestre e diploma correspondente à ramificação pedagógica estudada.

No que se refere à articulação no ensino industrial e deste com os demais ramos do ensino, os cursos de formação profissional do ensino industrial deveriam ser articulados de modo a facultar ao aluno a progressão dentro desta modalidade, enquanto que em relação ao ingresso no ensino superior, os diplomados em cursos técnicos poderiam apenas se matricular em cursos diretamente relacionados com sua formação técnica, uma característica limitadora ao público discente desse ramo do ensino.

Das condições de admissão aos cursos industriais e de mestria, os candidatos deveriam comprovar vacinação e atestado de saúde. Para o primeiro curso, os candidatos deveriam ter entre 12 e 17 anos, possuir educação primária completa, “possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares” (artigo 30º) e ser aprovados no

exame vestibular. Para o curso de mestría, deveriam ter concluído curso industrial correspondente e ser aprovados em exame vestibular.

Em 13 de janeiro de 1943, pelo Decreto nº11.316, a Escola Profissional Feminina “Nilo Peçanha” foi equiparada às federais com base no artigo 60, da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Sancionado pelo presidente da República Getúlio Vargas, tendo como Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, o decreto deu nova denominação à instituição, que passou a se chamar Escola Industrial “Nilo Peçanha”. Ficaram definidos os seguintes cursos para funcionamento na instituição:

- em nível industrial básico, o curso de corte e costura e o de chapéus, flores e ornatos;

- em nível de mestría, os cursos de corte e costura e o de chapéu, flores e ornatos.

O Curso Industrial, de nível básico, era o principal curso da escola e sua duração, tal como vinha acontecendo desde 1926, era de quatro anos, em tempo integral e funcionando de segunda a sábado. Em um período do dia eram realizadas as oficinas, parte manual e profissionalizante do curso e, no outro, as alunas estudavam disciplinas de conhecimentos gerais³. Seguem de forma ilustrativa os quadros com os horários de aulas de cada ano do Curso Industrial, no ano de 1947, ano este escolhido aleatoriamente:

Horário do 1º Ano - Turma A - 1947							
	8:10 às 9:00	9:10 às 12:00	12:00 às 13:00	13:10 às 14:00	14:10 às 15:00	15:10 às 16:00	16:10 às 17:00
Segunda	Educação Física	Oficinas	Almoço	Português	Matemática	Desenho	Desenho
Terça				Português	Ciências	Ed. Doméstica	
Quarta				Geografia	Matemática	Desenho	Desenho
Quinta				Geografia	Ciências	Ed. Musical	
Sexta				Português	Matemática	Desenho	Desenho
Sábado	8:10 às 9:00	9:10 às 10:00	10:10 às 11:00	11:10 às 12:00			
	Ed. Física	Ed. Musical	Religião	Ed. Doméstica			

³ No currículo constavam as disciplinas de conhecimentos gerais: matemática, português, história, geografia, ciências, educação física e religião, a última em caráter facultativo. Algumas observações feitas foram: a disciplina ciências passando a se chamar ciências físicas e naturais, a forte ênfase dada à história do Brasil e a presença do inglês para os 3º e 4º anos do Curso Industrial no ano de 1947.

Horário do 2º ano - 1947							
	8:10 às 9:00	9:10 às 12:00	12:00 às 13:00	13:10 às 14:00	14:10 às 15:00	15:10 às 16:00	16:10 às 17:00
Segunda	Educação Física	Oficinas	Almoço	Português	Matemática	Geografia	
Terça				Desenho	Desenho	Ed. Doméstica	Ed. Musical
Quarta				Português	Matemática	Desenho	Ciências
Quinta				Ed. Doméstica	Desenho	Desenho	
Sexta				Português	Matemática	Geografia	Ciências
Sábado		8:10 às 9:00 Ed. Física	9:10 às 10:00 Ed. Musical	10:10 às 11:00 Religião	11:10 às 12:00 Desenho		

Horário do 3º ano - 1947							
	8:10 às 9:00	9:10 às 12:00	12:00 às 13:00	13:10 às 14:00	14:10 às 15:00	15:10 às 16:00	16:10 às 17:00
Segunda	Educação Física	Oficinas	Almoço	Matemática	Português	Desenho	Ed. Doméstica
Terça				História	Inglês	Desenho	Ciências
Quarta				Matemática	Português	Desenho	Economia doméstica
Quinta				História	Inglês	Desenho	Ed. Musical
Sexta				Matemática	Português	Ciências	Desenho
Sábado		8:10 às 9:00 Ed. Física	9:10 às 10:00 Ed. Musical	10:10 às 11:00 Religião	11:10 às 12:00 Desenho		

Horário do 4º ano - 1947							
	8:10 às 9:00	9:10 às 12:00	12:00 às 13:00	13:10 às 14:00	14:10 às 15:00	15:10 às 16:00	16:10 às 17:00
Segunda	Educação Física	Oficinas	Almoço	Português	Matemática	História	Desenho
Terça				Desenho	Desenho	Ciências	Ed. Doméstica / Puericultura
Quarta				Português	Matemática	Ciências	Desenho
Quinta				Desenho	Desenho	Inglês	Ed. Musical
Sexta				Português	Matemática	História	Ed. Doméstica / Puericultura
Sábado		8:10 às 9:00 Ed. Física	9:10 às 10:00 Ed. Musical	10:10 às 11:00 Religião	11:10 às 12:00 Inglês		

Funcionavam também na escola os cursos Pré-Industrial, o Noturno e o Especial. O Pré-Industrial tinha por finalidade preparar candidatas aos exames de admissão com base suficiente para aprovação. Já o Noturno, se constituía como um curso primário com duração de três anos, em que as alunas deveriam comprovar que não podiam cursar escola diurna e deviam ser acompanhadas à escola pelo responsável. Por sua vez, o curso Especial era destinado a oferecer noções de costura e corte, rendas e bordados, artes aplicadas e artes domésticas; tinha duração facultativa de um ou dois anos e não dava direito à alimentação escolar, ao uso do uniforme e nem diploma que habilitasse o exercício do magistério.

Os programas adotados pela Escola eram oficiais e comuns às outras escolas do gênero. Entretanto, como se afirma no relatório de 1947, a direção da Escola buscava

trabalhar esses programas conforme as possibilidades e de forma a atender as necessidades específicas de suas alunas:

Os programas adotados pela mesma, sendo oficiais e abrangendo todas as escolas do mesmo grau, seguem, no entanto, a orientação emanada de cada diretora, que dão ao estabelecimento um cunho de sua personalidade e continuação de sua própria alma. Assim sendo, é que cada uma tem uma diretriz a seguir, que, com um mesmo grau de elevação social e moral, se converge exclusivamente para alcançar o fim máximo de utilidade, encarando as necessidades circunstanciais das alunas. (ARQUIVO HISTÓRICO DO COLÉGIO ESTADUAL NILO PEÇANHA. Relatório de 1947)

Um aspecto interessante presente nas orientações dadas nos programas das disciplinas de cultura geral diz respeito aos métodos pedagógicos incentivados ao uso. Percebe-se a adesão a um discurso escolanovista, visando à valorização do conhecimento de mundo do aluno. Por exemplo, nas orientações para o estudo da língua portuguesa e da matemática:

Tenha o professor sempre na lembrança: o aluno vai á escola, não para aprender gramática, porém a língua. De nada lhe valerá reter definições complicadas, guardar divisões, subdivisões e quadros, se, no fim do ano letivo, fôr incapaz de redigir um bilhete. Haverá a preocupação de ensinar-se a gramática através da língua e, nunca, a língua pela gramática. O ensino da matéria deverá partir dos textos. Mostrar-se-á ao aluno uma frase em que haja uma palavra a ligar duas outras, a essa palavra, dir-se-lhe-á, dá-se o nome de preposição. Fugirá o professor, quanto lhe permitam as circunstâncias, ao método dedutivo. Nunca se iniciará por uma definição. Deverá ela ir-se formando, naturalmente, no espírito do aluno, através de aplicações variadas. A maior parte das definições da gramática tradicional são incompletas, confusas e inexpressivas. (Relatório de 1947; manteve-se a grafia original)

As definições e as diferentes relações matemáticas se incorporarão ao seu patrimônio de conhecimentos de uma maneira natural. Tanto assim que se recomenda ao professor ensinar, nas duas primeiras séries, na parte referente á geometria, o aluno a servir-se do formulário e precisar interpretação das grandezas que entram nas diferentes fórmulas. Não se impondo a memorização das mesmas. (Relatório de 1947; manteve-se a grafia original)

A disciplina de matemática, a de maior índice de reprovação, segundo as orientações dadas, deveria ser ministrada articuladamente com as disciplinas de cultura técnica e de forma natural, para que o aluno percebesse a interdependência existente entre as disciplinas e que mesmo as de cultura geral teriam utilidade na vida cotidiana e profissional dos mesmos.

O professor era responsável por adequar o desenvolvimento da matéria ao nível de conhecimento dos alunos, e a ele se recomendava utilizar-se de revisões de conteúdo, a fim de relembrar assuntos anteriormente tratados e fixar novos conhecimentos, além de evitar métodos de memorização. Indicava-se, igualmente, sempre que possível o uso de diferentes recursos didáticos, como projeções fixas e móveis e visitação a espaços como museus. Aconselhava-se ainda a condução da classe de forma global, e não individualizada, sendo, contudo, esse segundo tipo de intervenção aconselhada em casos de alunos retraídos, indisciplinados ou com dificuldade de aprendizagem.

Se tais preceitos se concretizavam na prática, essa é outra discussão. O fato é que tais orientações constavam nos programas oficiais expedidos pela Divisão do Ensino Industrial, o que ilustra a influência da Pedagogia Nova no período estudado. Fica evidente a remanescente força dos movimentos renovadores que se iniciaram na década de 1920 – culminando com a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova –, e que continuavam alimentando as discussões que, no período estudado, giravam em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da educação (SAVIANI, 2008).

O regime de provas escolares no período estudado obedecia à Circular nº 486, de 11 de março de 1947. Eram realizadas duas provas, escritas ou práticas conforme a natureza da disciplina, uma em junho e outra em novembro, além de um exame final prestado em dezembro, o qual consistia em uma prova oral ou prática prestada perante banca composta por três professores. Os programas de matemática, português, história do Brasil e de ciências físicas e naturais foram os mesmos adotados pelas demais escolas industriais, tendo sido organizados pela Divisão do Ensino Industrial e remetidos pela Portaria nº 549, de 05 de março de 1945. Já os programas da disciplina de desenho, cadeira consagrada nos Cursos Industriais, foram os mesmos seguidos pela Escola Técnica.

Outro aspecto importante de se ressaltar, no que se refere às orientações curriculares emanadas da Divisão do Ensino Industrial e às práticas pedagógicas propaladas entre aos professores do ramo industrial, era a marcante contraposição feita entre o ensino propedêutico e o profissional. O professor deveria ter sempre em vista serem os objetivos do ensino da disciplina nos cursos industrial e técnico, diferentes dos do ensino secundário, o qual visava a consciência humanística e a preparação para o ramo superior. O ensino industrial estava endereçado no sentido de formar profissionais aptos ao exercício das profissões no mercado de trabalho. Era necessário, pois, dirigir-se o ensino da matéria de acordo com o objetivo principal do curso industrial. Desse modo, a forma de se conduzir o conhecimento se dava em função do ramo do ensino que, por sua vez, se encontrava intimamente ligado à condição social de seu público.

Retornando às orientações dadas nos programas das disciplinas de cultura geral, na área das ciências humanas era recorrente, nos objetivos das matérias, a presença de ideais cívicos e moralizadores. O programa de história do Brasil para os Cursos Industriais, por exemplo, trazia por finalidades gerais da matéria os seguintes pontos: a) robustecer no aluno o amor à pátria, pela compreensão dos sacrifícios e lutas que sua formação custou; b) levar o aluno a compreender as instituições atuais como expressão de uma fase mais adiantada do processo evolutivo da nacionalidade; e c) realçar no espírito do educando a importância da indústria no engrandecimento do país. Essa mesma tendência é verificada em outras disciplinas como geografia, português e ciências físicas e naturais.

Já as disciplinas de Cultura Técnica, por falta de programas oficiais, foram organizadas até o ano de 1947 por cada mestra, sendo orientadas por uma chefe de oficina. As chefes deveriam estudar todos os assuntos de natureza didática ou industrial referentes ao funcionamento das oficinas, controlando a sua produção, coordenando os seus trabalhos, estudando a eficiência das mesmas e propondo medidas para remover deficiências verificadas.

A partir de 1948, passaram a ser adotados pela Escola os programas de disciplinas de cultura técnica levados pela senhora Nair Maria Becker, Orientadora do Ensino Industrial Feminino no Brasil⁴, que havia visitado a instituição no ano anterior com a

⁴ Nair Maria Becker foi autora de diversos livros. Em 1955 publicou, pelo MEC, *Rendas: Manual de Tecnologia*. No ano de 1958 viria publicar: *Golas e punhos, corte e costura* e *Malharia manual: iniciação profissional de*

incumbência de orientar a respeito das oficinas e aulas em geral, já que até o momento não se tinha recebido uma orientação segura da Divisão do Ensino Industrial. Também, ilustrativo, segue o quadro com o programa para a Oficina de Corte, no 2º ano do Curso Industrial:

Programa de Corte para a 2ª série do Curso Industrial	
1º Semestre	2º Semestre
1. Estudo de proporção: manejo de fita métrica, modo de tirar medidas, divisão e subdivisão das medidas	6. Execução de um avental para criança de cinco anos
2. Armação e execução de uma camisinha	7. Execução de um vestidinho até oito anos
3. Execução de um paletozinho	8. Moldes infantis traçados e armados em papel: vestido, cueiro, touca, babadouro, capa, etc.
4. Execução de uma camisolinha	
5. Execução de um terno infantil	
Mínimo de quatro trabalhos	Mínimo de quatro trabalhos

Os trabalhos, tal como no restante das instituições do gênero, eram apresentados à população para exposição e venda, seguindo esse duplo objetivo: divulgação das habilidades adquiridas pelas alunas e estratégia de angariar fundos em benefício da Caixa Escolar, bastante utilizada cotidianamente.⁵

As matérias a seguir, do ano de 1950, apresentam importantes informações a respeito dessas exposições, assim como dão mostras de aspectos relevantes da sua cultura escolar particular.

Quando se aproxima o fim do ano a cidade prepara-se para assistir às festividades escolares que assinalam o término das atividades letivas. (...) São exposições de trabalhos manuais, artes decorativas, culinária e tanta coisa mais preparada por inteligentes alunos. Dentre as exposições aqui apresentadas anualmente destaca-se a da Escola Industrial “Nilo Peçanha”. Tornaram-se famosas. Em várias cidades vizinhas, na capital do Estado e até mesmo no Rio as exposições desse estabelecimento são conhecidas e gabadas pela grande cópia de trabalhos e perfeição dos mesmos. Há muitos anos são realizados e tôdas as Diretoras vêm mantendo carinhosamente a iniciativa. É bem verdade que já foram

adultos, ambos pelo Centro de Iniciação Profissional, no bojo da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

⁵ Em 1947, quando assumiu a direção da Escola, Hilda Barcelos Sobral passou a realizar também feiras mensais com os trabalhos produzidos pelas alunas, os quais eram vendidos a preços reduzidos.

maiores. Mas isso foi ao tempo que os trabalhos executados custavam menos. O material empregado todo êle era adquirido por pequeno preço. As alunas e a própria Escola gastavam pouquíssimo e podiam apresentar centenas e centenas de trabalhos. Hoje, não. Tudo custa caríssimo. Uma exposição, por pequena que seja, exige muito dinheiro. Mesmo assim a Escola Industrial não se descuida das exposições e todo ano abre suas portas para o público. E pelas suas salas desfilam milhares de pessoas que não se cansam de admirar o elevado grau de preparo das alunas e a competência de suas professoras. Agora mais uma exposição está sendo apresentada. Inaugurou-se anteontem. Fomos vê-la. Percorremos tôdas as dependências do estabelecimento. Tudo nos foi mostrado. O movimento era enorme. Pessoas que entravam, pessoas que saíam, outras que compravam trabalhos, outras que elogiavam tanta coisa bonita. Todos os cursos atenderam á exposição e até alunas da 1ª série, ainda iniciantes, deram forte demonstração de absoluto proveito. O estabelecimento é hoje dirigido pela professora Hilda Barcelos Sobral. Como diretora integrou-se na sua missão e tudo vem fazendo pelo ótimo conceito de que desfruta a casa. Dedicadíssima como é, esforça-se, quanto pôde. Mas a Diretora, sem suas auxiliares, sem o corpo docente e as funcionárias, nada conseguiria de proveitoso. Por isso é justo que aquí façamos uma elogiosa referência a todos os que alí trabalham. Há professoras antigas, com vários anos bons de serviço e outras mais novas. E o interessante é que muitas foram alunas. Alí aprenderam, alí completaram o Curso e mais tarde foram nomeadas para as diferentes séries. Não há nomes a destacar por que tôdas elas são merecedoras de aplauso. Quem visita as salas da exposição verifica que alí há bom trabalho porque ministrado com superior competência. Estão tôdas de parabéns. (JORNAL MONITOR CAMPISTA, 13/12/1950)

Ainda a respeito da mesma comemoração, disse o Jornal “Folha do Comércio”:

A Escola Industrial “Nilo Peçanha”, sob a direção da educadora conterrânea, Da. Hilda Barcelos Sobral, e de um grupo de educadoras profissionais competentes, realizou no domingo a abertura da linda exposição de trabalhos das alunas. A exposição foi grandemente visitada, sendo todos cumulados de gentilezas por parte da Diretora e das professoras. O que se pôde vêr é digno de real menção, porque define a exatidão do cumprimento de um programa altamente patriótico e de real finalidade. Da. Hilda Barcelos Sobral demonstra, mais uma vez, a ordem, perfeita compreensão de deveres, orientação esmerada á frente daquele núcleo de aprendizagem e de trabalho em pról do futuro de uma geração de moças competentes e áptas a vencer na vida como educadoras e profissionais. (FOLHA DO COMÉRCIO, 13/12/1950)

É possível observar nos trechos das matérias apresentadas características diversas, como a tradição e importância regional da instituição, o número expressivo de visitas que recebia, as dificuldades que enfrentava naquele momento em consequência do encarecimento dos materiais para confecção das peças. Sobre o corpo docente, menciona-se a característica de que muitas das professoras da instituição um dia foram suas alunas e elogia-se fortemente a diretora, destacando suas qualidades de “patriota”, perfeição do conhecimento dos seus “deveres” e a “ordem” que imprimia.

As duas fotografias a seguir são ilustrativas do evento anual. Nelas, pode-se observar a arrumação temática das salas de aula que eram visitadas pela população campista:



Fotografia 1: Exposição da Oficina de Costura e de Chapéus (1946) –

Arquivo Histórico do Colégio Estadual Nilo Peçanha.



Fotografia 2: Exposição da Oficina de Artes Aplicadas (1946)

Arquivo Histórico do Colégio Estadual Nilo Peçanha.

Constituindo o currículo, além das disciplinas de cultura geral e das oficinas de caráter técnico, integravam-no as chamadas práticas educativas, das quais faziam parte a Educação Física, a Educação Musical e a Educação Feminina.

A Educação Física era prática educativa obrigatória do currículo; seu cumprimento indevido resultava até mesmo em reprovação para as alunas. Essas aulas estavam presentes em todos os anos do Curso Industrial e suas atividades eram intensas. As alunas participavam de competições esportivas internas e externas. A atividade física apesar de especialmente difundir entre as alunas valores como disciplina, competência e determinação, numa perspectiva moralizadora e higienista, trazia aos poucos um caráter mais prazeroso associado ao lúdico.⁶

Já nas aulas de Educação Musical, a ênfase era dada ao canto orfeônico. As alunas costumavam apresentar números de canto e dança, acompanhadas ao piano, nas festas e comemorações realizadas pela escola. Segundo o livro de registros de 1947, o programa oficial dessa disciplina foi cumprido integralmente e apresentado às alunas em três

⁶ Por razão de espaço, não poderemos explanar sobre as Festas culturais e competições esportivas realizadas na instituição. Para mais informações consultar Martínez; Silva (2013) e Silva (2015).

partes, a saber: teórica; histórica – compositores dos hinos patrióticos, histórico dos hinos brasileiros; e hinos e canções – estudos baseados no “Canto Orfeônico, de Villa-Lobos”, canções folclóricas e de cordialidade, dentre outras. Mais uma vez, é notória a função cívica e patriótica presente na educação musical da época.

Por último, a prática educativa chamada de Educação Feminina trabalhava quatro eixos: Trabalhos Manuais, Educação Doméstica (cozinha, pastelaria e confeitaria), Puericultura e Economia Doméstica⁷. Ainda, funcionava na Escola uma oficina chamada Artes Domésticas, obrigatória durante os quatro anos do curso, período em que todas as alunas faziam um estágio. Elas aprendiam noções de culinária, considerada uma importante arte feminina. Além de aprenderem a preparar os pratos simples da alimentação diária, auxiliavam as mestras na confecção do almoço da Escola e aprendiam a confeitaria doces e a fazer enfeites culinários. Essa oficina tinha verbas próprias provenientes das encomendas que recebia de salgadinhos, doces, biscoitos e licores.

O relatório de 1952, do arquivo histórico da escola, apresenta o programa de estudos da disciplina Educação Feminina. A seguir, sucintamente, constam os assuntos por série que deveriam ser tratados no decorrer dos quatro anos do Curso Industrial:

1ª série: condições de higiene do lar; escolha do local de habitação; meios de conservação de móveis e utensílios domésticos e objetos necessários à vida no lar; lavagem de roupa (necessidade de lavar roupas, como tirar manchas, lavagem de roupas coloridas e de materiais diferentes); fogões e materiais necessários para cozinha, instalação higiênica de uma dispensa; cultivo de horta caseira; e o galinheiro como auxiliar na economia doméstica.

2ª série: contabilidade doméstica (orçamento mensal e registro de despesas); divisão do orçamento para despesas com habitação, alimentação, vestuário, assistência médica, educação dos filhos, diversões e previdência; cálculo de despesas para uma família padrão; o caderno da dona de casa e a maneira de escriturá-lo; despesas obrigatórias e supérfluas do lar; compras e pagamentos; e equilíbrio

⁷Além da presença dessas matérias permeando o currículo destinado à mulher, registra-se a restrição de certos conteúdos ao sexo feminino em se tratando de cultura geral, tais como as disciplinas de trigonometria, economia política e industrial e contabilidade, as quais eram propostas somente para o sexo masculino. Outro exemplo da assimetria existente nas relações de gênero, presentes na instituição e possível de ser citada, se encontra no próprio Regulamento do Ensino Profissional, Decreto nº 2.380, de 14 de Janeiro de 1929, no qual os salários destinados aos mesmos cargos eram menores quando se tratava da escola feminina em relação à masculina.

financeiro (necessidade de senso prático e rigoroso de economia da dona de casa).

3ª série: objetivo da economia doméstica; arranjo e higiene da habitação da família; preparo, conservação e uso dos alimentos; alimentação e sua importância; subnutrição e estados de carência; origem e preparo geral dos alimentos; uso dos alimentos; preparo, conservação e uso das roupas; roupas de cama e mesa; e peças de vestuário, lavagem e passagem das roupas.

4ª série: contabilidade e orçamento doméstico; registro de despesas; relações no lar; noções de puericultura: a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, cuidados higiênicos gerais da criança, a criança depois do primeiro ano de vida, moléstias da primeira infância; noções de serviço social; noções de enfermagem; e a mulher e o serviço social.

A análise dos conteúdos permite refletir e trabalhar uma série de ideias e conceitos em relação à formação da mulher. As décadas anteriores haviam sido palco de debates sobre a necessidade da coeducação dos estudantes, sendo reivindicada para a escola pública, tanto primária quanto secundária, uma escola única. Na instituição em análise, entretanto, mesmo em se tratando de uma escola industrial; mesmo com um currículo extenso que abordava em forma aprofundada as disciplinas próprias dos grupos escolares e algumas do ensino secundário; apesar de uma carga horária extensa, de jornada integral, inclusive com aula aos sábados, pulsava muito forte sua principal peculiaridade no âmbito do ensino profissional: ser destinada ao público feminino.

Nesse contexto, chamamos a atenção para uma dupla jornada que a mulher viria a enfrentar, já que apesar de ser classificada como uma escola industrial, com intuito, portanto, de formar profissionais para o mercado de trabalho, era grande seu compromisso com a formação moral da mulher para a família e para o lar. Observa-se ainda, predominantes no programa de Educação Doméstica, temas relacionados à higiene e ao controle dos gastos familiares.

Desse modo, no interior da escola, a formação profissional oferecida competia acirradamente com a formação para o lar que, de tanto espaço e força exercidos, parecia até mesmo predominar. Exprime muito bem essa ideia uma fala proferida por Rubens

Falcão⁸, no ano de 1943, enquanto visitava a escola objeto deste estudo e que foi registrada no relatório daquele ano:

Escola Industrial, reorganizando-se dentro dos moldes atuais desse ensino, muito poderá concorrer para o desenvolvimento da cidade, ministrando às suas alunas os conhecimentos indispensáveis á formação de futuras e grandes *donas de casa*. (Relatório do ano de 1943, p.59, referindo-se à equiparação da Escola às Federais pelo Decreto nº 11.316, de 13 de janeiro de 1943, itálico nosso)

Gramática, história, matemática, português, história do Brasil, desenho e ciências físicas e naturais; oficinas de caráter técnico, práticas educativas: educação física, educação musical e educação feminina. Práticas docentes renovadas; muitos conhecimentos, a serviço do lar e da família!

Em depoimento gravado com uma ex-aluna da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha” no recorte temporal deste estudo (1947-1956), a mesma revelou que seu desejo na época era ter estudado no Liceu de Humanidades de Campos, instituição destinada às camadas mais abastadas da sociedade campista e frequentada por ambos os sexos. Seu anseio não foi atendido por sua família, que acabou por matriculá-la junto com sua irmã na Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha”, e justamente por ser uma instituição destinada apenas ao público feminino, mesmo não pertencendo às camadas menos abastadas da população:

⁸ Bacharel em Direito (1933) radicado em Niterói, exerceu variadas funções junto ao poder público (Diretor do Departamento Geral de Educação, chefe da Inspeção de Especialização em Educação de Adultos, Secretário de Educação e Cultura, Consultor Jurídico da Secretaria do Interior e Justiça, Procurador do Estado). Foi um dos fundadores da Sociedade Pestalozzi e do Instituto Histórico da cidade. Na esfera federal, foi chefe de Relações Públicas da Campanha de Alfabetização e Educação dos Adultos do Departamento Nacional de Educação, e Membro da delegação do Ministério da Educação e Cultura ao Congresso Interamericano de Educação de Base, reunido em São Paulo. Exerceu o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Morreu em Niterói, em 19 de fevereiro de 1995. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=32487>>. Acesso em 13/12/2014.

Minhas primas foram pro Liceu e eu fui pra lá [fazendo referência à Industrial Feminina]. Minha irmã também não gostava, era rebelde. Minha irmã era rebelde, e eu não, eu era medrosa. Entendeu? Tinha medo. Mas, estudei sem vontade. Mas aí eu aprendi muita coisa. (...) Minha mãe naquela época era muito rígida com esse problema: “não, vocês vão pra lá, porque lá vão aprender a fazer tudo”. Como de fato aprendemos. A gente aprendeu até a cozinhar lá. (...) O Liceu agora é uma bagunça danada. Antigamente era considerado também um colégio de disciplina. Mas eu queria ir pra lá, porque lá tinha menino (risos). Lá no outro era só menina, mas minha mãe: “Não! Vocês vão é pra lá!”.

Considerações finais

Seguindo o propósito de se compreender o tipo de educação e profissionalização oferecido à mulher no período estudado (1947-1956), a partir da análise dos aspectos presentes na cultura escolar da instituição em estudo, nota-se que a Escola Industrial Feminina convergia com os interesses difundidos na sociedade naquele tempo, buscando atender às demandas tanto de profissionalização, quanto de efetivação de um projeto de família. Se à mulher cabia uma dupla função, era preciso dar-lhe uma dupla educação.

Como dito anteriormente, após a Primeira Guerra Mundial políticas de Estado demonstravam preocupação com a organização da instituição familiar. Apesar da resistência ao trabalho feminino fora do ambiente doméstico em interesse de seu exclusivo empenho ao lar e à maternidade – um ideal, na verdade, possível a uma pequena parcela da população –, mudanças na estrutura social requeriam cada vez mais a presença da mulher no mercado produtivo.

O Brasil, nos anos de 1950, vivenciava debates mergulhados em dicotomias: rural x urbano; arcaico x moderno; subdesenvolvimento x desenvolvimento; atraso x urbanização. Desde certa perspectiva, o crescimento econômico era confundido com modernização, ideia que levou à adaptação da educação às demandas de qualificação da indústria (FREITAS; BICCAS, 2009).

Nesse contexto, o Estado assume oficialmente a responsabilidade pela profissionalização feminina, sem deixar de aliar à essa formação preceitos morais, higiênicos e fortemente ideológicos. A mulher, considerada guardiã da família, deveria

receber também uma educação que contemplasse essa sua “vocação para o lar”, para que dessa forma pudesse cumprir o papel social a ela atribuído.

Quanto ao tipo de profissionalização oferecida à mulher, as ocupações a ela destinadas seriam aquelas que se relacionavam com o que se pensava sobre a personalidade feminina, ideias de que a mulher era um ser frágil, menos capaz que o homem e, portanto, fadada a atividades consideradas inferiores, avaliadas como “coisas de mulher”, uma nítida limitação profissional imposta ao público feminino. Nesse sentido, apesar de tornar-se ativa no mundo produtivo, não possuía plena autonomia para guiar seu rumo profissional e até podemos arriscar que seu trabalho era invisível, além de não remunerado na maior parte das vezes, o que contribuiu para aprofundar a desigualdade social entre os gêneros.

A análise do currículo da Escola Industrial Feminina “Nilo Peçanha”, como aspecto de grande relevância da cultura escolar, nos permitiu as considerações acima realizadas, explicitando a dual intenção formativa da instituição.

Entretanto, ao adentrar na cultura escolar a partir de “mensagens e discursos” proferidos por professores e visitantes, observa-se que a função de esposa e mãe ainda era muito valorizada, permitindo perceber uma certa “tensão” entre papéis diferenciados.

Se Rubens Falcão na mencionada visita à instituição do ano de 1942 entendia a formação ministrada como uma formação “para o lar”, ao retomar o discurso proferido seis anos depois por uma professora da escola, com o qual inauguramos este texto, o duplo papel formativo aparece com maior clareza:

Estais preparadas para ganhar a vossa vida, cooperando com o vosso trabalho para maior grandeza do Brasil. Mas que o não mascare vossos atributos feminis, não desvirtue o privilégio que Deus concedeu á mulher, não interfira na missão grandiosa que confiou a ela, não constitua um pretexto para vos afastardes do lar que ireis construir e fugirdes ás responsabilidades que tereis para com êle.

Como podemos ver, analisar o currículo anunciado nos documentos não é suficiente para compreender a cultura escolar da instituição. Ao ultrapassar essa dimensão dos conteúdos escolares oficiais e adentrar nas práticas cotidianas, podemos refletir também sobre a complexa finalidade educativa da instituição.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, escola e lazer, In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 65-83.

ARQUIVO Histórico do Colégio Estadual Nilo Peçanha, Relatórios das Diretoras, 1922-1972.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926 – 1996)**, São Paulo, Cortez, 2009.

HAHNER, June. Honra e distinção das famílias, In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-64.

JORNAL O MONITOR CAMPISTA. Campos dos Goytacazes, diário, 13/12/1950.

JORNAL FOLHA DO COMÉRCIO. Campos dos Goytacazes, diário, 13/12/1950.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associado, v.1, n.1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

MARTÍNEZ, Sílvia Alicia. **Educação profissional feminina: modelos de formação no Brasil Republicano**, 2011. Projeto de Pesquisa, CNPq.

MARTÍNEZ, Sílvia Alicia. As escolas profissionais femininas no Estado do Rio de Janeiro: a Gênese da 'Nilo Peçanha' de Campos (1919-1929). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, VII, Cuiabá, 2013. **Anais...** Cuiabá: Edumt, 2013. v. 1. p. 1-10. Tema do evento: circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; SILVA, Daniela Gonçalves. A educação profissional feminina na Escola Industrial Nilo Peçanha. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, III, Rio de Janeiro, 2013, **Anais...** Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2013, v. 1. p. 1-10.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo, In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.), **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. In: **Sísifo Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, n. 1, p. 71-84, 2006.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares, In: NÓVOA, António (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 3ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999, p. 13-42.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradutor Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

REIS, Fabiana Arruda; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930). **A Cor das Letras** (UEFS), v. 13, p. 33-56, 2012.

REZENDE REIS, Fabiana Aruda. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha** (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930). 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Circular nº 486, de 11 de Março de 1947**. Estabeleceu regime de provas escolares.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 2.380 de 14 de Janeiro de 1929**. Regulamenta o Ensino Profissional no Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 11.316, de 13 de Janeiro de 1943**. Dispõe sobre a equiparação da Escola Industrial Nilo Peçanha.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria; (orgs.), **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 15-42.

SILVA, Euza de Souza. De escola profissional à Escola Industrial Nilo Peçanha Educação da Mulher em Campos, RJ: (1931-1946). 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.

SILVA, Daniela Gonçalves da. A dupla missão formativa da Escola Industrial Nilo Peçanha (1947-1956): entre o lar e o ofício. 2015. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015.

TERIGI, Flávia. Notas para uma genealogia do curriculum escolar. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.21, n.1, p.159-186. jan./jun. 1996.

VILLELA, Heloisa de Santos. O mestre-escola e a professora. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes.; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 95-134.

Recebido em: 18/07/2015
Aprovado em: 28/08/2015

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 17 - Número 35 - Ano 2016
revistalinhas@gmail.com